Caos etimológico

Oswaldo Evandro C. Martins*

Sabem os historiadores que o poder lusitano tupinizou as denominações pré-cabalinas, de modo que se generalizou numa confusão no assunto. Grassa no Ceará indefinição dos povos indígenas, atestado como herança na toponímia, nas nomenclaturas botânica e zoológica, na etimologia etnográfica.

Imagine-se até que ponto vai tal diátese afeta ao acervo das línguas nativas obrigando os estudiosos a uma ginástica interpretativa das informações pertinentes. Seja, *verbi gratia*, o nome de uma cidade cearense, Itapagé, palavra que poderia ser traduzida do tupi por "frade de pedra". Trata-se aí de uma evolução às avessas: o erudito viraria vulgar por sua própria vontade, isto é, delirando, porque os selvagens da região, ao que contam os fatos históricos, jamais poderiam ter conhecido coetaneamente um cristão de burel a nominar o monumento natural orográfico em tela. E não se argua agora a lenda de que o apóstolo Tomé estivera entre os índios amazônidas, tendo sido conhecido alí por Sumé, o que não consente com alguma ilustração ou reversão da memória, tampouco com nenhum milagre.

Os Tupis antes do desembarque lusitano já haviam internado no território e escorraçado da costa brasileira, desde o sul até o norte, habitantes anteriores, os quais posteriormente os governantes e padres recém-chegados também destrataram. A coincidência está aí. O laicato reinol-eclesiástico acabou por instaurar a promoção do tupi em detrimento do não tupí. Tem isto um denominador comum precedente ou mais recente em face da teórica pacificação-sinonímia imperfeita – da

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

repressão real da revolta contra a violência do invasor ou explorador. Os reprimidos tinham sido considerados, lá atrás, Gês, Tapuias ou, mais genericamente, Bugres.

A preocupação essencial do conquistador das plagas dos primitivos moradores locais era falar-lhes, orientá-los ensinar-lhes o português ou o latim. Pareceu-lhe entanto que a tarefa era ingente, desproporcional e inexequível. Ao fim e ao cabo, ele optou por uma terceira solução: racionalizar o idioma indígena, inventiva e consolidadamente numa gramática tupi-guarani, que poderia servir maravilhosamente enquanto a população trabalhada não aprendesse o português nem fosse assimilada.

Quanto ao latim: este permaneceu como língua sagrada e científica, que os jesuítas e os sábios usavam. Sabe-se que Von Martius dialogava em latim com os mestres-escolas na interlândia, conforme nos informou Renato Braga.

Quanto ao tupi: foi considerado simplesmente transitório e, ademais, os Bugres não eram túpicos nem se tupinizaram. A oportunidade era realmente do português.

A escola da vida cumpriu essa missão. Os dois idiomas acima – o da Metrópole e o da Igreja – poderiam ser pretensão oficial, mas foram descartados, porque implicavam em dispêndio maior, em eficiência menor e em inapetência social contra a exclusividade estatal.

Eis, que ocorreu afinal o esmaecimento do tupi através do português, espontaneamente, na sociedade luso-brasileira que eclodia no Ceará e nos outros recantos do Brasil.

O tema do tupi pontificou civicamente na ideologia dos revolucionários cearenses da Confederação do Equador. Vêm dai famílias: Araripe, Carapinima, Ibiapina, Mororó, Sucupira e outras adoções em sobrenome, que depois afloraram em prenome, até mesmo em nome integral como no deputado Ubirajara Índio do Ceará. Tivemos o colega de turma Ipirajá Cabral de Lavor, cujos manos eram Guaracy, Guarany, Guaray e Guajarina, todos filhos do cronista Raimundo Lavor. Sobre o primeiro dos cinco irmãos supramencionados acresça-se em particular que ele poderia ter sido nomeado, pela sua aptidão gráfica, para a cátedra de Geometria Descritiva, que viemos a ocupar na escola de Agronomia do Ceará, onde ingressamos a convite do diretor Renato Braga, que em nós – em mim – enxergou mais aptidão geométrica.

Duas línguas – tupi e bugre – não constituem dualidade no Ceará, porque a segunda era uma algaravia. Mesmo assim não se implantou sequer a primeira, à qual se renunciou. O selvagem migrava pela praia, caminho mais fácil. Nessa trilha foi que progrediu aquando da sua fase inicial a ação apostolar catequética da Igreja, que então procurou regularizar nacionalmente a fala aborígine válida regionalmente, ou seja o tupi, guindado a "língua geral".

Os Bugres, contra os quais travou-se a denominada Guerra dos Bárbaros, foram classificados e caracterizados como afeitos à sodomia e viciosos, como resistentes viscerais às mudanças e inimigos figadais da catequese, como isolados na sua "língua travada" e obstinados. Eram todos não tupis, todos os quais não falavam tupi, ou excepcionalmente tupis insubmissos.

Esse critério e diretriz foram amplamente observados no Ceará, de forma que etnias arredias, transviadas, separadas, estranhas, hostis e dissímeis foram indistinta e amontoadamente juntadas, aldeadas, missionizadas e miscigenadas. Falavam-se dialetos heterodoxos, menos a língua criada e tentada como ideal comunicativo. É claro que se estabeleceu como se estabeleceria este caos etimológico, hoje a dificultar os filólogos e etnólogos.

Não se pôde harmonizar esse oceano multifário de ondas e marolas, onde, fugiam, sobreviviam, vagavam e contendiam etnias as mais diversas. Há todavia regularidades e semelhanças – não absolutas, não sistêmicas e não necessárias – na denominação de tribos diferentes: Anacés, Aparagés, Canindés, Javamabés, Javés, Mamdiavés, Paliés, Quixerés, Tremembés etc. Outros indícios análogos ao é final de cada palavra singular da exemplificação – ara, ema, iú, u, uçu – são meramente vocabulares e não étnicos, porquanto o que se depara, é um idioma aglutinante: não significam eles étimo, afixo ou variante, mas algo solo, idêntico, concreto e autônomo. Tome-se a primeira das naturalidades elencadas, dispensada por enfadonha e insegura a análise de qualquer uma delas. A palavra em mira consta de aná (aquele eu é aparente) e de cé (o que gosta de ser). A figura retórica de mar empregada atrás diz com caldo de cultura em que também se produzem, menos incisivas na agitação das águas, espumas vocabulares formada por componentes etnográficos da mais remota pré-história, quando estiveram nas terras brasileiras gentes total e talvez definidamente desconhecidas.

A característica do nível social da selvageria eram o nomadismo, a pilhagem bélica e, por mais paradoxal que pareça a alguns inadvertidos, o isolamento no relevo topográfico, na estação climática e nas condições econômicas. A mencionada saga beira-mar sul-trópico-equatorial foi vivida pelo nômade túpico, até a sua sedentarização sob a batuta dos jesuítas, mesmo após a expulsão pombalina destes. Nada se cumpriu dos postulados formais da língua que fora reservada ao país.

Diz-se que o tupi não tem a consoante l, mas houve o enxerto postremo dela nele. Isto aconteceu por viés não tupi, já que a mesma é encontradiça no próprio nome de etnias outras, como Paliés, Quixelôs e Calabaças. Leia-se isso em almofala-arabicamente remota ou bugramente recente – embora fossem tupinizados os Tremembés que construíram capela do topônimo.

A tupinização se ressentia ortograficamente: curumim de bugre é buguelo. O fator etnológico – inclusa a carência supra – proveu a articulação aveolar restaurando o regime de subjetividade dupla ou luso--tupi.substitui-se o l falto por r.

A situação em referência é geral, abrangente e demonstrativa. Depare-se ao pesquisador o excepcional, o inexplicavel ou hipotético. Atente-se na assiduidade do termo Etimológico. quixe e procure-se compreender a sua ocorrência em Quixaba, Quixadá, Quixariús, Quixeramobim, Quixeré, quixiúme, quixó, Quixdoçó etc. Não se poderá jamais ultimar o estudo, pois em cada qual dessas palavras, de acordo com o caráter da língua, é aglutinado o elemento referido, que significa porco em um idioma não tupi, o outro mais falado, o tarairiú.

E aí estão desamparados esses casos, sobretudo o de Quixadá, especialmente em virtude da importância geográfica, histórica e social da cidade. O problema teria maior gravidade, se não vivesse nas matas antigas do Ceará, em varas enormes, um jajaval, espécie silvestre, distintas do caitetu e chamada queixada, cujas potentes mandíbulas e eficiente dentuça matraqueavam, não apenas quebrando os cocos do catolé, do tucum, da macaúba,do babassu, da pirinã, da anajá, do buriti, do assai, da bacaba etc, para lhes comer as amêndoas, mas também ameaçando seus concorrentes e inimigos quer fossem quadrúpedes os mesmos, quer não, incluindo o homem. Outro aspecto particular do suíno em questão é o lábio branco contrastante da cor parda da pelagem. Não lhe vem disto, porém, o nome popular, que nada tem a ver

com queixo. Quem conhecesse tarairiú saberia calhar melhor com etimologia questionada o elemento citado, provavelmente dessa origem.

O fenômeno linguístico que discutimos é mais administrativo do que se supõe. Porque pode denotar ideologia e preconceito. Por autoridades mais ignaras que cientificistas, foram ajuntados em Baturité os Canindés, Genipapos e quixelôs – não tupis – e os Paiacús, mais tarde, no mesmo monte. A estes últimos mudaram para Pacajus o gentílico. Outro tanto fizeram, Analogamente. Mesma coisa fizeram de Caracú para Acaraú. Aliás, cheira a atentado cultural o que algures perpetrou-se, igualmente, de Curitiba para Coritiba. Suponha-se, para argumentar contra a lamentável alteração, que em vez de Curitiba bela mulher fosse uma mulher bela. Far-lhe-iam uma cirurgia, mutilação ou desfiguração plástica.

Visaram à sílaba assim recusada malsinações, mercê de melindres oficiosos de beatos. Os índios, porém, não sofriam dessa afecção, pois lembram a Georg Dmitrov, que chamava as coisas pelo nome delas, sem mistificações ou armações, sem escamoteações ou evasivas, sem burlas ou ludíbrios. Esses recursos ou tropos, quando lhes atribuíssem função escusa, irônica, velada ou perversa, é que aprenderam com o branco.

A sílaba malsinada não é bugra nem tupíca, porque é lusa. Ela repercutiu no inconsciente e afinal se legalizou no chulo. Substituiram-na as autoridades, deturpando, vulnerando e estuprando a norma vocabular, que não se deve render a conveniências especiosas ou interesses pequeninos.

Nosso grande amigo professor Hildebrando Espínola, duplamente grande nas Ciências Sociais e Jornalismo, na inteligência e na informação, no humor e no *aplomb*, mas que não entrou para o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), usava a metáfora "monossílabo", no lugar dessa emissão de voz rejeitada psicologicamente por pudicícia, moralismo, censura, autocrítica, controle social. Genial, positivista, competente, compenetrado e provocante, esse nosso grande amigo confluiu intelectualmente com uma categoria de gente que esbanjava seus talentos: José Albano, Paula Ney, Quintino Cunha etc.

Esses, que foram personalíssimos, convictos, impertéritos e pertinazes, aspiravam à fruição intelectual de comodidade e liberdade, mas não perceberam nitidamente que foram arrastados, malsatisfeitos e frustrados pela sociedade cearense. Para efeito de homenagear o Insti-

tuto do Ceará, consideramos que a grei ora referida poderia ser ampliada com outros mais, como Guarino Alves de Oliveira e José Denizard Macedo de Alcântara, todos precedentes de uma senda que pode ser descortinada.

Antes de findar o presente escrito, nós estamos relembrando Hildebrando para informar também, à margem, que o mesmo era possuidor da "maior cearense", como nominava sua fabulosa biblioteca, à qual certa feita anexou um livro raro que lhe emprestara o jornalista Adonai Medeiros, a quem jamais devolvera a obra e – o máximo! – confessando ingênua, despojada e cinicamente ao dono da mesma esse comportamento tão frequente nos intelectuais. Por outro lado, o nosso colega Mário Rocha, pessoa austera e sereníssima, declarou-nos que "o livro é o único objeto que um homem honesto rouba", ao ver em nós – em mim – que estivemos a pique de cometer esse pecado – por pensamentos, palavras e obras – o que só não consumamos como Hildebrando porque nos detivéramos num impedimento ocasional. Já outro amigo nosso, o professor José Ferreira de Alencar, fez conosco – comigo – o mesmo que fora feito com Adonai.

Nós – eu – e meus amigos mencionados não seríamos índios que não incidíssemos nos erros, falhas ou desvios dos civilizados, que desvirtuam o falar, tornando-o rígido, infecundo e incapaz perante a multiplicidade, a quantidade e a intensidade, ou seja, o progresso.

É preciso, pois, criticar o a-histórico em prol do histórico. O primeiro está mentalmente na imagem das letras, sílabas e vocábulos, que se devem revestir de aura simbólica, litúrgica, iconográfica, louvando-se nos fenômenos da natureza. Instituições há que elaboram nesse sentido como escola filosófica: maçonaria, esoterismo, teosofia e teologia. Cumprir esse desiderato não concerne a nenhuma doutrina que trave, vede ou suste o exercício da consciência à luz da trilogia de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, sob cujo pálio se firmou a dominação da livre concorrência e do livre pensamento. Falamos em termos desse conspecto, calcando-nos em um símbolo bíblico que identifica elementarmente o inerte e o vivo – filosófica e cientificamente – o que se pode generalizar ao consciente e ao artificial, isto é, empolgando as quatro modalidades do ser ôntico – física, biótica, psíquica e técnica – focalizadas por nós no soneto editado in Acácia, revista maçônica n. 15 (Fortaleza, março, 1949), sob o título cerimonial (cf. anexo).

Inscreve-se no soneto retro o conceito de diversidade lato sensu (pela disciplina pertinente simbolismo) e stricto sensu (pela autenticidade ínsita, a graça singular, o "nome da coisa", a identidade com multiplicidade). Todo objeto tem uma essência, por assim dizer o seu DNA, a qual indelével e indefectivelmente está sempre em ato, a conferir conteúdo filológico e etnológico a comunicação do pensamento. A falta de letra l no tupi é suprida pelo não tupi, que se infiltrou e se alastrou no linguajar de modo geral, com letra r a educar a articulação alveolar da primeira consoante na idade infantil. Columim virou corumim, vice-versa. O adulto bugre crisma o infante buguelo.

Eis aí como se explicam malacacheta e Maracacheta, respectivamente mica e rio. Qual é a forma primordial, evolucionária e perfectiva? Qual das duas é a solução correta? Pacíficas, concomitantes ou confluentes elas não são. Há uma contradição entre l e r que tem que ser entendida dialeticamente.

Anexo

Nomerosos como as espigas do trigo

O que tu semeias não se vivifica,
Se primeiro não morre.
São Paulo, Coríntios I, 15, 30

Sobre a terra Ferraz é lançada a semente,
O minúsculo grão separado da espiga,
Que no seio conduz o fenômeno ingente
Por que todo pai sempre ao seu filho se liga.

Sob a ação do calor e umidade no ambiente,
Ela vence a dormência – a matéria sojiga –
E germina – consome a reserva nutriente –
Produzindo afinal novo ser que a prossiga.

Grão de trigo fecundo, acabado e profético,
Que apodreces no chão, mas ressurges mais vivo,
Por determinação do prodígio genético.

És, de certo, um exemplo essencial, conclusivo
Do evolver natural num progresso dialético,
Em que tudo transfaz-se e tudo é redivivo.

Fortaleza, março, 1949